



Metro Ligeiro de Odivelas - Loures Linha Violeta

Opinião - Fernando Pedroso

Loures | O METRO E A FERROVIA [vídeo]

Entrevista em exclusivo com Ricardo Leão, Presidente da CM Loures



Odivelas e a ausência de estratégia para a mobilidade e descarbonização

Opinião - Filipe Martins



A GREVE NAS ESCOLAS, E O PODER LOCAL SOB ATAQUE

Opinião - Oliveira Dias



POLUIÇÃO NA AVENIDA DA LIBÉRDADA EM LISBOA NOVAMENTE ACIMA DOS LIMITES E SEM MEDIDAS DE CONTROLO

Índice

- A Comunicação Social Local – Que Futuro? 2
- Loures | O Metro e a Ferrovia Entrevista com Ricardo Leão, Presidente da CM Loures. 3
- A Governação na Administração Pública Local 5
- Loures - O Executivo Municipal 6
- Metro Ligeiro de Odivelas - Loures Linha Violeta 7
- Loures - O Executivo Municipal II 8
- DESPORTO Câmara apresenta programas de Desporto às Freguesias 9
- A GREVE NAS ESCOLAS, E O PODER LOCAL SOB ATAQUE 10/11/12
- A CULTURA 13
- Odivelas e a ausência de estratégia para a mobilidade e descarbonização 14/15/16
- POLUIÇÃO NA AVENIDA DA LIBERDADE EM LISBOA NOVAMENTE ACIMA DOS LIMITES E SEM MEDIDAS DE CONTROLO 17

A Comunicação Social Local – Que Futuro?

Passados alguns anos do desígnio nacional da "Revolução Digital" tudo nos levaria a crer que por esta altura a esmagadora maioria dos OCS estaria a quase 100% digitalizados embora em alguns casos mantivessem a edição em papel.

Mas contrariamente ao que seria expectável, não há qualquer vantagem e diria mesmo, há uma clara desvantagem em ter um OCS Local/Regional em formato Digital ou em fazer a transição para o Digital.

As razões já as tenho publicado por aqui e prendem-se sobretudo com uma questão Cultural – o Poder Local e os Empresários consideram os meios digitais como meios menores e continuam a considerar apenas o papel, independentemente dos conteúdos, da atualidade e facilidade de acesso universal.

Os exemplos, que vêm de cima dizem-nos isto:

Transição digital baixou tempo médio de atribuição de pensões para 21 dias

Primeiro-Ministro disse que nos casos mais simples os requerentes recebem a pensão em 7 dias

PRR está a impulsionar a transformação digital da Segurança Social

2023-01-18

PRR está a impulsionar a transformação digital da Segurança Social

No último trimestre de 2022, três quartos das pensões foram atribuídas online, na hora, disse a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Evidentemente que há algum analfabetismo funcional misturado, em alguns casos, com a falta de competências digitais ou/e preconceitos ideológicos. Por outro lado, alguns quadros médios continuam a rejeitar a "Revolução Digital" pelo que ela representa em termos de perda de controlo dos processos e como ferramenta de referência para a justa medida do Mérito.

Em suma, embora um pouco lateral em todo esta "Revolução Digital", a Comunicação Social Local é, no mínimo, vítima do fogo amigo que, um vasto movimento anti-Digital, unindo os seus membros por razões diversas, procura, no dia-a-dia, obstaculizar a penetração do Digital na Estrutura e na Comunicação.

Alguns quadros médios que detêm o poder real nas estruturas, continuarão a discriminar o Digital mas, todos os OCS Digitais, como as Rádios Online, as Web TVs e a imprensa Online, cá estaremos a fazer o nosso trabalho e a alcançar todos os dias os objetivos, fundamentados na auditoria implacável das audiências por terceiros.

António Tavares, diretor EDITORIAL

Ficha Técnica Notícias LX - Diretor: António Tavares - Editor e Redação: Alameda Salgueiro Maia, Lote 4, 1º andar – Gab 8, 2660-329 Santo António dos Cavaleiros | NoticiasLx@sapo.pt

Colunistas: Oliveira Dias, Paulo Bernardo e Sousa, Ricardo Henriques, Nuno Miguel Botelho, Fernando Pedroso, Ricardo Andrade, Maria Máxima Vaz, David Pinheiro, Filomena Francisco, Vitor Manuel Adrião, Pedro Almeida, João Calado, José Maria Pignatelli, Filipe Martins, Ricardo Helena.

Inscrição na ERC: 127230 | Periodicidade Semanal
Estatuto editorial: <https://noticiaslx.pt/estatuto-editorial/>
Regras editoriais: <https://noticiaslx.pt/regras-editoriais/>

[NoticiasLx: https://NoticiasLx.pt](https://NoticiasLx.pt)

Loures | O Metro e a Ferrovia

Entrevista com Ricardo Leão, Presidente da CM Loures.

Em entrevista exclusiva ao "NotíciasLx" o Presidente da CM Loures, Ricardo Leão, fez o ponto da situação relativamente ao Metro Ligeiro Odivelas – Loures e ao Plano Nacional da Ferrovia que contempla uma nova linha de comboio que vinda de Torres Vedras, passará por Loures (<https://noticiaslx.pt/2022/11/19/loures-no-plano-ferroviario-nacional/>).

transporte de que Loures ficará servido.

NotíciasLx

O VÍDEO DA ENTREVISTA: <https://youtu.be/YlBwvpgJz6A>



Notas da entrevista:

O METRO

- Reuniões com Ministro Duarte Cordeiro, confirmam que o investimento se vai concretizar



no âmbito do PRR.

- Loures fez algumas alterações ao traçado que foram aceites.

- O projeto está em discussão pública (Estudo Impacto Ambiental até 14/Fev)

- Os investimentos do lado do Município: Construção da via alternativa (nacional 8); construção de um conjunto de parques dissuasores (a linha foge muito à malha urbana).

- A única dúvida que existe é a localização do parque de máquinas (PMO), no início da linha ou no final da linha (Qta. Das Carrafouchas ou mais junto ao HBA).

"Nada me causa qualquer tipo de alarme relativamente à exequibilidade desse investimento que é muito importante para o nosso Concelho" – Ricardo Leão

A FERROVIA

"Muito importante também é este Plano Nacional da Ferrovia que o próprio governo também fez sair muito recentemente" – Ricardo Leão

- A nova linha de comboio, que vai desde Torres Vedras e que passa por Loures (zona norte), com destino a Lisboa é mais um importante meio de



agenda **JAN 2023**
16 a 22
MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA

O Museu e os Jardins estão de portas abertas para o receber, faça-nos uma visita! Siga-nos nas redes sociais e fique a par da nossa programação!

ATIVIDADES CIÊNCIA CIDADÃ

LIFE IN Jardim Botânico Tropical

18 janeiro, 11h00

Vamos descobrir plantas, fungos, insetos e outros organismos que se escondem no Jardim Botânico Tropical.

Inscrições abertas!



PROGRAMA ARTE, CIÊNCIA E NATUREZA

NOVA EXPOSIÇÃO Paradeisos

Até 12 fevereiro

Exposição do artista plástico Henrique Vieira Ribero, no Laboratório de Química Analítica.

Mais informações aqui.

JARDINS PARA TODOS

JARDIM BOTÂNICO TROPICAL
Visita orientada

17, 21 e 22 janeiro, 15h00

O JBT situa-se em Belém, junto ao Mosteiro dos Jerónimos. Com um património vegetal especializado em flora tropical, o Jardim encontra-se classificado como Monumento Nacional. Venha conhecer este espaço único na cidade! Inscrições abertas!

MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL E DA CIÊNCIA
LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

museus.ulisboa.pt
geral@museus.ulisboa.pt | 213 921 808

A Governação na Administração Pública Local

Com início ainda no século passado e durante as duas décadas deste, os cidadãos têm sido confrontados com um conjunto de mudanças, que se têm consubstanciado no aumento dos défices públicos, na estagnação económica e num percurso errante ao nível da concretização de promessas do poder político indutoras de bem-estar social. Este desidrato tem alavancado algumas alterações nos objetivos e métodos de governação da administração pública, em particular da administração pública local.

Neste contexto, o modelo de gestão subjacente a um Estado de Providência Social tem sido frequentemente colocado em causa, com base em argumentos que lhe atribuem falta de eficiência e eficácia na resposta às necessidades dos cidadãos, às alterações nas dinâmicas do metabolismo da sociedade que os envolve e ao desejável crescimento económico dos territórios. O modelo de gestão em apreço tem vindo a ser considerado, de forma generalizada, como um instrumento indutor da criação de agentes e processos burocráticos, aos quais estão subjacentes, única e exclusivamente, duas vertentes: incremento do seu poder e melhorias significativas do seu bem-estar. Constrangimentos vários, fomentados por grupos de interesse de carácter económico, político e ideológico, associados à incapacidade do modelo de gestão acima mencionado, inviabilizam soluções inovadoras. Tal facto tem sido castrador do aparecimento de um novo modelo de gestão para a administração pública.

Atualmente, somos confrontados com uma atuação do poder político muito diferente da que foi possível constatar após a Segunda Guerra Mundial, em que a situação do mundo exigiu um novo estilo de governação. É nesta conjuntura que os modelos de gestão subjacentes às administrações públicas induzem estruturas menos hierarquizadas, se adotam processos de decisão mais descentralizados e consequentemente desconcentrados, a oferta de bens públicos é minimizada, sendo fomentado o crescimento da iniciativa privada. Esta alteração de paradigma enfatizou a reflexão e o debate acerca da separação entre o poder político e os tecnocratas/administradores públicos, sendo entendimento de que a gestão da "coisa pública" deveria ter subjacente critérios de eficácia económica, maximizando resultados e minimizando os custos intrínsecos à produção dos mesmos. Ou seja, ao poder político ser-lhe-ia atribuída a missão de definir e conceber políticas públicas (caracterizando o que fazer), ficando a sua implementação sobre a responsabilidade dos administradores públicos, de forma isenta.

Várias são as teorias sobre modelos de gestão da "coisa pública" que têm sido reportadas

na literatura, às quais está subjacente a imprescindível interação entre governos e sociedade, numa perspetiva de se encontrar equilíbrios entre as necessidades e a capacidade de assegurar as correspondentes e adequadas respostas, tendo em consideração a cada vez maior especialização dos diferentes atores envolvidos, nomeadamente os atores económicos, culturais e sociais. Este desidrato tem sido intrinsecamente influenciado pelo fenómeno da globalização, caracterizado pela eliminação das fronteiras tradicionais e projeção dos atores envolvidos para um cenário mundial, em que o desenvolvimento tecnológico a que temos assistido nos últimos anos ao nível das tecnologias de informação e comunicação tem tido um papel fundamental, nomeadamente no que se refere à redução das tensões resultantes das dicotomias Estado/Mercado e Público/Privado.

É de realçar a consciência generalizada da complexidade dos nossos sistemas de governação e da tendência para a transferência de responsabilidades para o setor privado e associações de voluntários. Do ponto de vista institucional, é cada vez mais difuso o limite entre público e privado, assistindo-se à proliferação de entidades voluntárias, induzindo um apelo ao exercício da cidadania ativa com preocupações acrescidas em relação ao capital social, visando a eficácia económica e social dos territórios em que as comunidades estão inseridas.

Todavia, os modelos organizativos subjacentes ao funcionamento da administração pública, central e local induzem uma estrutura burocrática de funcionamento, com uma base de autoridade formal fortemente hierarquizada, caracterizada pela definição de áreas funcionais, relações interpessoais do tipo superior hierárquico subordinado e centralização da capacidade de decisão. No entanto, começam a emergir tendências visando a adoção de novos modelos organizativos para a prestação dos serviços públicos e desenvolvimento das correspondentes atividades, influenciadas por conceitos neoliberais. Com enfoque na melhoria da eficácia da prestação do serviço público, observa-se uma tendência crescente na privatização de alguns serviços e a contratualização de outros a entidades externas aos organismos públicos.

Realça-se a tendência de crescimento da participação dos cidadãos, de forma individual ou integrados em associações de voluntários, nas atividades dos organismos públicos, procurando contribuir para uma resposta eficaz a solicitações decorrentes de problemas emergentes, que exigem mais recursos humanos e materiais, novos conhecimentos e competências.

Por outro lado, a descentralização de competências para a administração pública local tem vindo a alargar as suas áreas de intervenção originando novos desafios, em consequência da complexidade dos serviços públicos a assegurar e da sua natureza, em algumas situações de carácter intermunicipal. Este novo paradigma tem vindo a contribuir para a necessidade de se refletir sobre a adoção de novos modelos de governação.

Nos anos mais recentes, temos assistido a algumas alterações na estrutura de funcionamento da administração pública local, em que a intermunicipalidade tem assumido um papel cada vez mais relevante. Embora remontem ao início do século passado as manifestações de cooperação intermunicipal, a tendência dos anos mais recentes é para o seu crescimento. Efetivamente, as características intrínsecas aos municípios, bem como algumas das competências que recentemente têm sido descentralizadas, exigem a partilha de recursos e infraestruturas nos mais diversos domínios de prestação do serviço público. Nos municípios localizados numa mesma área geográfica e muitas vezes contíguos surgem frequentemente interdependências e problemas comuns, exigindo uma cooperação intermunicipal na implementação de iniciativas comuns que deem respostas eficazes às expetativas dos cidadãos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida nos seus territórios.

Neste contexto, é desejável que os dirigentes da administração pública local adotem novos modelos de gestão, que induzam novas formas de liderança potenciadoras de um exercício da democracia mais assertivo, abandonando-se a abordagem tradicional de autoridade e controlo. Os modelos tradicionais adotados na gestão da "coisa pública", consubstanciados nas teorias clássicas da gestão, precisam de evoluir para novos estilos que alavancuem novas formas de abordar os problemas e encontrar as correspondentes desejáveis soluções, num contexto de incerteza crescente e de rápida evolução do conhecimento existente nos mais diversos domínios. Exige-se a adoção de estratégias de envolvimento e participação dos atores afetados ou envolvidos na implementação de uma solução específica, por forma a que sejam tomadas decisões informadas, visando uma resposta adequada às expetativas dos cidadãos. A liderança num contexto de modelo de governação participado pressupõe uma atuação coletiva incluindo o envolvimento da sociedade.

João Calado
(Professor Coordenador Principal do ISEL)
(ex-Vereador do PSD)

Loures - O Executivo Municipal

Construção da Unidade de Saúde do Catujal-Unhos decorre a bom ritmo

20.01.2023



O presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, efetuou uma visita às obras de construção da Unidade de Saúde do Catujal-Unhos, que decorrem a bom ritmo.

A construção da unidade de saúde, que teve início em maio de 2022, com o lançamento da primeira pedra, junto ao Parque Verde do Planalto do Catujal, está orçada em mais de 3,3 mil

lhões de euros, e irá servir cerca de 14 mil utentes.

O projeto contempla área de atendimento, sala de espera, instalações sanitárias, salas de prestação de cuidados de saúde, salas de tratamentos e de colheitas, gabinetes de consul-

ta, gabinetes de enfermagem e todas as áreas e funções de apoio - salas de reuniões e de pessoal, vestiários, depósitos de material de consumo clínico e terapêutico e parque com 21 lugares de estacionamento.

A visita contou ainda com a presença do presidente da freguesia de Camarate, Unhos e Apeiação, Renato Alves, bem como da vereadora da Câmara de Loures, Paula Magalhães.

Prevê-se que a construção da nova unidade de saúde esteja concluída ainda este verão.

Fonte: CM Loures



O Conselho Municipal de Segurança (CMS) tomou posse, no dia 19 de janeiro, na sexta reunião extraordinária da Câmara Municipal de Loures, realizada no Palácio Marqueses da Praia e Monforte.



Este órgão consultivo, presidido pelo presidente da Autarquia, Ricardo Leão, é constituído por cinquenta e nove membros, entre os quais as Juntas de Freguesia, Corporações de Bombeiros do Concelho, Serviço Municipal de Proteção Civil, Polícia Municipal, PSP, GNR, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Ministério Público da Comarca de Loures, ACES de Loures e Odivelas, e União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

A importância do policiamento de proximidade foi sublinhada por Ricardo Leão, que manifestou "a disponibilidade da Polícia Municipal, reforçada com 16 novos agentes que elevam para 50 o efetivo total, para ser parceira da PSP e da GNR.

O autarca declarou igualmente que foi "assumido compromisso para a construção do novo quartel da GNR em Bucelas, em terrenos já cedidos, com comparticipação dos custos em cinquenta por cento. Esta obra é fundamental, permitindo criar condições mais dignas para o desempenho de funções dos militares".

Fonte: CM Loures

Metro Ligeiro de Odivelas - Loures Linha Violeta

Por estes dias no Concelho de Odivelas o assunto de interesse público mais falado certamente que será o respeitante ao Metro Ligeiro de Odivelas - Loures, batizado como Linha Violeta.

O projeto do Metro Ligeiro de Odivelas - Loures é uma promessa eleitoral do Partido Socialista que remonta ao ano de 2009, mas só em julho de 2021, cerca de 12 anos após a promessa eleitoral, foi assinado, com pompa e circunstância e com a presença da comunicação social e do Primeiro-Ministro, um Protocolo de Cooperação, para a concretização do projeto no valor de 250 milhões, tendo-se encontrado financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O que ainda não se percebeu é se os cálculos, que fixaram o custo desta obra em 250 milhões de euros, foram efetuados com rigor e se há ou não necessidade de serem atualizados, face à atual conjuntura inflacionista e à disrupção internacional que existe nos transportes e fornecimento de matérias-primas.

Se não fosse o PRR esta promessa eleitoral do Partido Socialista com certeza que ficaria nas calendas gregas, mas já sabemos que o desenvolvimento económico e social de Portugal há muito que se faz de mão estendida por essa Europa fora que, aliás, começa a dar sinais de estar cansada da pedinchice lusitana.

Durante a campanha eleitoral para as autárquicas de setembro de 2021, o Partido Socialista e a Câmara Municipal de Odivelas elegeram mais uma vez o projeto do Metro Ligeiro de Odivelas - Loures como uma das bandeiras da campanha eleitoral, o que deve ter contribuído de forma significativa para a vitória que obtiveram, com maioria absoluta, porque de facto estamos perante uma importante obra estrutural para o nosso território.

Surpreendentemente, o Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, pouco tempo após ser eleito, na reunião do Executivo de 15 de dezembro de 2021, admitiu que poderia abandonar o projeto do Metro Ligeiro de Odivelas - Loures.

As razões para estas afirmações do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas devem-se ao facto de os 250 milhões do PRR só cobrirem os custos do Metro Ligeiro no que se refere à li-

nha propriamente dita, à aquisição de comboios e à construção de um parque para estacionamento e reparação do material circulante.

Os restantes encargos, como expropriações, nova rede viária e requalificação urbana, recaem sobre os municípios que, no caso de Odivelas, segundo a previsão do Presidente da Câmara, poderiam ascender a mais de 50 milhões de euros, mas na realidade, de acordo com a última informação disponível, em Odivelas esses custos serão de 70 milhões de euros.

Uma vez que o Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, há pouco mais de um ano, entendia que 50 milhões de euros no Metro Ligeiro de Odivelas - Loures a suportar pelos cofres municipais seria desaconselhável, é importante uma clarificação porque esses mesmos custos atualmente já estão em 70 milhões de euros, não sendo difícil de imaginar que até poderão aumentar.

O projeto de Metro Ligeiro, entre Odivelas e Loures, se fosse bem concretizado, teria inegáveis vantagens para a mobilidade sustentável, para a coesão social e para a captação de novos utilizadores para o transporte público, contribuindo, assim, para a necessária e urgente descarbonização das áreas urbanas.

Mas estes objetivos poderão estar em causa atendendo a que, no futuro, as pessoas que pretendam utilizar o Metro Ligeiro de Odivelas - Loures, para aceder ao centro de Lisboa e que não iniciem a sua viagem em Odivelas, terão de fazer sucessivos transbordos, o primeiro em Odivelas e o segundo no Campo Grande.

É importante que se saiba que não haverá uma ligação direta do futuro Metro Ligeiro de Odivelas - Loures à atual rede da Linha Amarela, havendo necessidade de se fazer um transbordo em Odivelas, com necessidade de uma travessia a pé da Rua José Gomes Monteiro, para se aceder à atual estação de metro de Odivelas.

Serão transbordos a mais e qualidade de vida a menos, não se sabendo exatamente o tempo que demorará no futuro uma viagem de metro, por exemplo, da estação Jardim da Radial ou da estação Póvoa de Santo Adrião, ao centro de Lisboa, com a necessidade de se fazerem os transbordos já referidos.

Com toda a certeza que para algumas pes-

soas, não será atrativo fazer a viagem de metro, continuando a preferir ou o carro, ou o transporte rodoviário.

Um outro aspeto de grande importância diz respeito aos estacionamentos junto às futuras estações da Linha de Metro Ligeiro de Odivelas - Loures, que no Concelho de Odivelas serão oito, só estando previsto um novo parque de estacionamento na estação da Ribeirada para 98 lugares, nada estando planeado para as restantes sete estações (Jardim da Radial; Ramada Escolas; Jardim do Castelinho; Odivelas Estação; Heróis de Chaimite; Chafariz d'El Rei e Póvoa de Santo Adrião).

Sabe-se que pode não haver espaço para aumentar a oferta de estacionamento à volta da área da futura Estação de Odivelas, mas não se pode esconder essa absoluta necessidade e por isso ter-se-ão de encontrar outras formas criativas de suprir essa carência, por exemplo, com recurso a silos subterrâneos ou em altitude de forma a aumentar, naquela zona, a capacidade muito deficitária atualmente instalada de parqueamento automóvel.

Se não acontecer mais e melhor oferta de estacionamento será o caos na zona da futura Estação de Odivelas e então será melhor criar uma Polícia Municipal que certamente se ocupará a tempo inteiro a regularizar o trânsito e o estacionamento naquela zona da cidade de Odivelas.

Há ainda muito a melhorar no Projeto Metro Ligeiro de Odivelas - Loures, no que ao Concelho de Odivelas diz respeito.

- **Fernando Pedroso**
 Deputado Municipal do CHEGA na AMO



Loures - O Executivo Municipal II

Loures | Câmara assina protocolo para recolha de resíduos de equipamentos elétricos

18.01.2023

A Câmara Municipal de Loures assinou, no dia 16 de janeiro, com a ERP – Associação Gestora de Resíduos, um protocolo de colaboração relativo à recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.



Com este protocolo, assinado no Palácio dos Marquês da Praia e Monforte, em Loures, são definidos os princípios gerais de colaboração entre a Câmara de Loures e a ERP Portugal para a recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), bem como de Pilhas ou Acumuladores Portáteis (RPA), depositados nos equipamentos especialmente colocados para o efeito, nas instalações do Município, nomeadamente nos Paços do Concelho, nas oficinas municipais e nas instalações do Departamento de Ambiente.

A ERP Portugal, que se encontra devidamente licenciada para gerir o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, fica assim responsável por instalar naqueles locais um equipamento logístico adequado ao depósito de REEE e de RPA, bem como garantir a sua recolha a título gratuito.

Estão incluídos no âmbito deste protocolo apenas resíduos provenientes da atividade interna da Câmara de Loures, ou gerados pelos próprios locais de recolha, de que são exemplo televisões, monitores, lâmpadas, painéis fotovoltaicos, consumíveis de impressão, entre outros.

Nuno Dias, vereador com o pelouro da Energia e Sustentabilidade, referiu que é importante “dar bons exemplos daquilo que é a sustentabilidade e também sobre a economia circular”. “Muito daquilo que hoje aqui estamos a assinar, independentemente dos efeitos que julgamos que têm de ser positivos, é mais um exemplo que uma instituição pública dá no que diz respeito a este tipo de preocupações, que devem estar sempre no cerne daquilo que fazemos”.

Fonte: CM Loures

Loures | Em Fevereiro serão plantados 80 Freixos no Parque da Cidade



17.01.2023

Segundo a autarquia, no âmbito do projeto PAB_LivingLab, serão plantadas, em fevereiro, 80 árvores autóctones no Parque da Cidade, em Loures, com o objetivo de mitigar as alterações climáticas.

As árvores em caldeira existentes no parque de estacionamento do parque – Jacaranda mimosifolia (na sua maioria) e Tipuana tipu (pontualmente), ambas espécies exóticas e nativas da América do Sul –, serão substituídas por Fraxinus angustifolia, espécie autóctone em Portugal Continental.

As árvores a substituir encontram-se malformadas e/ou com problemas fitossanitários, o que condiciona o seu desenvolvimento, bem como a sua viabilidade a longo prazo. Esta substituição por Freixos, espécie bem adaptada às condições edafoclimáticas deste local, vai permitir o seu pleno e equilibrado desenvolvimento, assim como assegurar o aumento do sequestro de carbono e atenuar os efeitos das ondas de calor.

A substituição das árvores em caldeira irá decorrer durante o próximo mês de fevereiro.

Fonte: CM Loures

DESPORTO Câmara apresenta programas de Desporto às Freguesias

Os princípios de sustentabilidade, inclusão, igualdade e inovação estão no centro dos programas de Desporto da Câmara Municipal de Loures para 2023.

Os projetos foram apresentados, no dia 18 de janeiro, na Casa do Adro, pela vice-presidente da Autarquia, Sónia Paixão, às juntas de freguesia do concelho, e visam “a construção de uma comunidade mais ativa com o acesso de todos às atividades propostas”. O objetivo desta reunião temática “é dar a conhecer os projetos de âmbito desportivo que pretendemos lançar, envolvendo os órgãos executivos das nossas freguesias para que se sintam parte desta equipa”, frisou a autarca.



Neste processo destacam-se os “Jogos da União” com o intuito de fomentar o sentimento de união entre os

A programação inclui o “Clube Vida Ativa”, com diversas ações para saúde e bem-estar da população sénior; o “Mais Desporto”, direcionado às classes jovem, feminina e do desporto adaptado; e o Desporto com VaLoures de pro-

o Festival das Artes Marciais, e os Percursos Pedestres de Desporto, Natureza e Cultura.



agentes desportivos locais, aproximando, em particular, escolas e movimento associativo, além de incentivar, nesta edição, a dinamização das modalidades do andebol, basquetebol, voleibol e atletismo.

moção da inclusão através do “Futeduca” (na Escola Básica n.º 2 de São João da Talha e no Centro Social e Paroquial Nuno Alvares Pereira, em Camarate), assim como pelas escolas de Kickboxing em Sacavém e na Apelação, e com o Basquetebol em Camarate, Unhos, Apelação.

O plano municipal irá manter os eventos de referência: **Troféu “Corrida das Coletividades”**, a Gala do Desporto,

A Festa do Desporto, dedicada aos encontros de várias modalidades, envolvendo três mil participantes, vai ter lugar no mês de maio.

Fonte: CM Loures

A GREVE NAS ESCOLAS, E O PODER LOCAL SOB ATAQUE

A Revolução industrial, do século XIX, conhecida como *"take off"*, espoletou em Inglaterra, mas rapidamente se disseminou para os Estados Unidos da América onde rapidamente a industrialização, fomentada pelas grandes fábricas, dava trabalho a muitos milhares de trabalhadores, cujas condições de trabalho roçavam a indignância laboral, e a dignidade dos trabalhadores era espezinhada por uma classe patronal, dona da indústria, para quem o dólar era o único objectivo de vida.

Este *"stato quo"* foi terreno fértil para uma vaga de reivindicações, de cariz eminentemente laboral, a propósito da qual uma nova palavra entrou no léxico no mundo do trabalho, cuja origem a denuncia como francesa – *Grève*.

A tradução literal da palavra *"grève"*, significa um tipo de solo, ou piso, numa mistura de terra batida e gravilha, existente próximo de uma área portuária em França, onde se localizava um hotel, na praça *"de la grève"*, hoje *"Place de l'hotel-de-ville"*, então pouso habitual de desempregados e trabalhadores do porto, onde faziam as suas reivindicações, fosse por trabalho, fosse por melhores condições de laboração. Daqui até se expandir para outras latitudes foi um instante.

As reivindicações por melhores condições de trabalho são milenares, e há notícia de uma paralisação de artesãos no antigo Egipto, durante o reinado de Ramsés III, em 1152, AC, tida como a primeira greve da história, isto numa altura em que a remuneração era uma quantidade de sal, tão importante para os povos, pois com ele se conservavam alimentos e condimentavam outros, daí derivando a palavra *"salário"* (era a quantidade de sal diária que recebiam pelo trabalho prestado).

É comumente aceite, hodiernamente, ter acontecido, no pós *"take off"* da revolução industrial, a primeira greve em 1824, quando 102 operários da indústria fabril de Pawtucket, em Rhode Island, nos Estados Unidos, pararam os seus teares, depois da entidade patronal baixar ordenados e aumentar a jornada de trabalho, provocando a revolta dos trabalhadores.

Já em Portugal, a recusa ao trabalho dos operários da fundição em 1849, é considerada a que mais próximo existiu de uma primeira greve.

Data de 6 de Dezembro de 1910, nos primórdios da Republica, portanto, a primeira lei da greve, concedendo o direito ao *"lock out"* ao patronato, o direito à greve, pese embora com fortes penalizações para quem afectasse o

funcionamento normal das empresas, bem como para quem impedisse outros trabalhadores de trabalhar (os piquetes de greve), e **vedava** liminarmente aos funcionários públicos e aos assalariados do governo e das autarquias, o direito à greve.

Esta legislação, lançou uma vaga de contestação no País, com enormes manifestações por parte dos sindicatos, e dos trabalhadores.

Salazar, em Setembro de 1933, pretende responder ao estado de convulsão sindical, com a lei 23.050, extinguindo sindicatos, substituindo-os por sindicatos corporativos tutelados pelo estado, e dando um prazo de 3 meses aos 754 sindicatos que então existiam para se adaptarem à nova lei.

Apenas 57 o fizeram, os restantes organizaram-se no sentido de lançar a nível nacional enormes contestações, que conduziram à primeira greve geral nacional em 18 de Janeiro de 1934, espoletando uma contra-reacção governamental, cujo corolário foram milhares de prisões, deportações e mortes, esmagando os opositores ao regime laboral salazarista.

Após a *"revolução dos cravos"*, e pelo Decreto de Aprovação da Constituição nº CRP 1976 de 10-04-1976, a greve assume dignidade constitucional, definindo no seu Artº 59º, nº 1, a garantia do direito à greve, e no seu nº 2, confere aos trabalhadores a competência para definir o âmbito de interesses a defender através da greve, mais determinando não poder a lei (o legislador ordinário) limitar esse âmbito. Ou seja, o direito à greve passa ser

universal, e os objectivos da mesma deixam de se conter exclusivamente no plano profissional. Ulteriores revisões constitucionais, passaram a tratar esta matéria no Artº 57º, da CRP, aditando complementarmente a proibição do *"lock out"*, bem como atribuindo ao legislador ordinário a definição de serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis.

Após fixada a matéria em sede constitucional, entrou em jogo o legislador ordinário, revogando o Decreto-Lei 23.870/70, de 18 de Maio de 1934, com o Decreto-Lei nº 392/74, de 27 de Agosto, o qual logo no seu Artº 2º nos dá uma noção de greve – ***"considera-se greve a recusa colectiva e concertada do trabalho tendente à defesa e promoção dos interesses colectivos profissionais dos trabalhadores"***, o que não respeita o preceito constitucional que proíbe a limitação, por lei, do âmbito da greve. Já o nº 3, na mesma linha de potencial inconstitucionalidade, define a quem se proíbe a greve – forças militares e militarizadas, magistrados judiciais, forças policiais e guardas prisionais, bombeiros. A função pública *"lacto sensu"* vem no Artº 4º onde se determina que será reconhecido o direito à greve (despiciendo porque já a CRP o reconhecia) nos termos a definir em lei especial.

A Lei 65/77, de 26 de Agosto, ao revogar o DL nº 392/74, vem *"limpar"* aquelas inconstitucionalidades, sem ruído, eliminando-as, e em linha com ao CRP, determina no Artº 1, nº 2, que são os trabalhadores que definem o âmbito dos interesses a defender através



A GREVE NAS ESCOLAS, E O PODER LOCAL SOB ATAQUE II

da greve (portanto legitimando as greves de carácter político, e/ou outras, que não apenas as de conteúdo laboral ou profissional), define ainda que não se aplica às forças militares e militarizadas (e só a estes). Posteriormente a Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, instituindo o Regime de Trabalho em Funções Pública, confirma, pelo seu Artº 394º, o direito à greve para os trabalhadores do sector público. Respondendo à regra constitucional fixada no nº 3, do Artº 57º da CRP, que determina a lei (no caso o Regime de Trabalho em Funções Públicas) a **definição dos serviços mínimos indispensáveis para ocorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis** (SIC), vertido no Artº 397, nº 1 deste regime do trabalho em funções públicas, mas determinado que a **necessidade social impreterível**, a satisfazer pelos serviços mínimos, em sectores **nomeadamente**, os elencados no nº 2 deste artigo. Como a educação é referida apenas no que concerne a exames nacionais, os sindicatos consideram não pender sobre as escolas a obrigação constitucional e legal dos serviços mínimos. Dito de outra maneira, nem os sindicatos aparentam perceber que juridicamente as palavras *"nomeadamente"* e/ou *"designadamente"* têm um efeito meramente exemplificativo, e aberto, por um lado, e por outro lado, afastam do conceito de **satisfação de necessidade social impreterível**, plasmada na sede constitucional, as funções das escolas e dos professores.

A caixa de Pandora que a CRP abriu, ao não distinguir o diferente peso que o sector público e o sector privado têm, tratando por igual, o que é desigual, manteve-se, pois, aberta.

Feito, em síntese, o necessário enquadramento da questão, a greve é uma forma de reivindicação laboral, seja para melhoria de salários, seja, de condições de trabalho.

Entretanto, ao longo dos anos, sobretudo em contexto de democracia, este instrumento de reivindicação tem vindo, lenta mas sistematicamente a resvalar para outros campos de reivindicação, que não apenas o laboral, e hoje adentra o combate partidário, a reivindicação política, visando a queda de ministros e governos, e nesse particular tendem a substituir-se aos partidos e usurpar a missão destes.

Nesta verdadeira mudança de paradigma, se inclui a curiosa circunstância de apropriação, com respaldo constitucional, como acima se referiu, por parte da administração pública, de um instrumento reivindicativo cuja génese foi o sector privado, onde a correlação de forças



entre o empregador e o trabalhador faz deste o elo mais fraco, em benefício claramente para o primeiro, em desfavor do segundo, assim se compreendendo o recurso à greve, pois esta, quando utilizada, afecta-lhe o bolso.

Contrariamente, no sector público, onde as condições de trabalho no que tange à estabilidade de emprego, e regalias que o sector privado não oferece, aliado à prestação de um conjunto de serviços públicos que mais ninguém assegura, e que derivam das obrigações do estado para como cidadão, mal se compreende a razão por que lhes assiste o direito à greve.

Veja-se o caso da educação. Entra pelos olhos dentro que independentemente das razões que lhes esteja na base, esta greve tem objectivos muito difusos, basta ouvir os entrevistados pelos órgãos e comunicação social, cada um tem as suas razões, tão dispares, percebe-se que as razões laborais, não são as únicas que subjazem à greve. A *"crème de la crème"* é a chamada municipalização da educação, uma falácia mas que os sindicatos dos grevistas insistem em fazer bandeira. Porquê? Algumas das suas reivindicações são justas, outras simplesmente impossíveis de satisfazer, como é caso de recuperarem o tempo congelado, como se os professores fossem os únicos empregados do estado, satisfazer tais pretensões levam à bancarrota do estado, mas que importa isso ...

E os afectados? São quem paga? Claro que não, os afectados são os trabalhadores cujos ordenados são muito menores que os de um professor, destes em greve, e cujos aumentos salariais ficam muito longe dos 100 euros mensais atribuídos aos professores e que não

têm onde deixar os seus filhos, por causa de escolas encerradas, visto não ser viável levá-los para o seu local de trabalho (o patrão nem quer saber disso), resta-lhes, como opção, deixá-los entregues a si próprios, ou então faltarem ao emprego, para ficar com os filhos, vendo os seus parques ordenados cortados pelos dias que faltam, e quem sabe, considerando que ao contrário dos professores em greve, cuja precariedade é incomparavelmente inferior aos do sector privado, pode até ser que vejam denunciados os seus contractos de trabalho, por excesso de faltas injustificadas.

Os professores até podem ter alguma razão, mas no contexto da função pública não se podem considerar os mais afectados seja em condições de trabalho, seja em condições remuneratórias, seja em horário de trabalho.

Reconheça-se que talvez a principal razão de queixa dos professores seja a colocação de professores longe das suas residências, e o tempo dessa colocação. Não me recorde de nos tempos de governação da direita, em que as colocações eram anuais, de ter havido contestação por causa disso, no entanto com Sócrates esse período passou para três anos, e foi com ele que surgiram as maiores manifestações, a propósito da avaliação de desempenho, porque os senhores professores achavam uma ignominia serem avaliados. Ninguém consegue alcançar a razão que leva toda uma classe cuja missão é avaliar os seus alunos, considerar que eles próprios devem ser imunes à avaliação.

Quando um encarregado de educação se vê confrontado com a necessidade de recorrer a explicadores para os seus filhos, porque lá na

A GREVE NAS ESCOLAS, E O PODER LOCAL SOB ATAQUE III

escola a sra. Professora não faz o seu trabalho, pouco lhe importando os alunos que deixa para trás, pois no final do mês recebe o mesmo, e é certinho, acaba a pensar que os impostos que paga afinal não servem para nada.

Em todas as profissões existem bons profissionais e profissionais menos bons, mas não me venham dizer que nos professores só existem bons profissionais, porque na realidade não é assim.

Quando um professor do ensino secundário se retira com **três mil e tal euros** de reforma, não se pode concluir que o seu pecúlio seja "miserável".

O que dizer a quem ganha o ordenado mínimo nacional, e para tanto tem de trabalhar mais de 40 horas semanais, quando nenhum professor trabalha tantas horas? O argumento, tantas vezes avançado que o professor trabalha não só em contexto de aula, mas também fora dela, percebo-o bem, pois como formador são mais as horas de "back office" do que as de formação efectiva, mas ao contrário dos formadores, as matérias dos professores são mais ou menos as mesmas todos os anos, e não têm de produzir os materiais didácticos, já para não dizer que o formador só recebe as horas que faz, e ainda assim o pecúlio não cobre, nem de perto nem de longe, o trabalho que tem, as tais horas de gabinete, e as horas vagas do "horário" não recebe.

Qualquer reivindicação sectorial, profissional, descredibiliza-se quando os "timings" escolhidos são-no a dedo, e servem não objectivos próprios laborais, esses são secundários, mas outro tipo de objectivos.

A actual greve dos professores não é inocente. **É uma greve Política.** Num momento em que o governo se acha afectado com as sucessivas saídas do governo, com situações objecto das mais variadas investigações, seja pela inspecção geral de finanças, seja pelo ministério público, seja por audições parlamentares, seja por comissões de inquérito, às quais se somam sondagens a evidenciar uma forte penalização para o partido do governo, salta á vista de toda a gente que as forças partidárias por trás de alguns sindicatos, mormente o dos professores, avaliando o impacto das suas manifestações, concluíram ser este o momento ideal, para lançar estas greves, a fim de colocar em crise o governo, utilizando para tal o ministro da educação como bode expiatório, numa catarse colectiva, cujo fim último é dar á oposição a prenda tão ansiada – a queda do governo por "motu próprio" ou por iniciativa presidencial

com a dissolução da Assembleia da República. Não é por acaso que o omnipresente Marcelo já alertou a população que isto não é um problema do ministro da educação mas sim do governo ... para bom entendedor meia palavra basta.

Tudo isto é chocante pela falta de seriedade, a que nem sequer se dão ao trabalho de disfarçar, para além de uma indigna desconsideração pelos encarregados de educação, com a suprema desfaçatez de virem dizer nas TV's que estes compreendam e apoiem a sua "luta", que lata ... que latão.

MAS talvez ainda pior, seja a constatação de que o **PODER LOCAL PORTUGUÊS** está sob ataque, e imagine-se por parte de quem – **PELOS PROFESSORES.**

Já aqui escrevi um artigo de opinião titulado "A *Municipalização da Educação*", e nele demonstrei que a alegada descentralização de poderes do estado para as autarquias no domínio da educação, são exiguas.

Alexis Tocqueville, num estudo que fez da sociedade americana do século XIX, escrevia: "**as comunas (autarquias locais) estão para o poder, como as escolas para o ensino, colocam-nas ao alcance do povo**", e cheguei mesmo a escolher esta frase para ilustrar uma obra de que sou autor intitulada "*O Municipalismo, em Portugal, Brasil Cabo Verde*", por achar particularmente feliz esta conjugação do Poder Local, com o Ensino, a escola, verdadeiros eixos, geradores de cidadania e concomitantemente de democracia. Dificilmente se concebe um povo evoluído sem educação e/ou sem Poder Local.

Hoje, Portugal assiste ao ataque que os professores desferem contra o Poder local, quando o diabolizam com a famigerada "*municipalização*" da educação, abjurando, como se de uma força diabólica, os municípios e as freguesias se tratassem, a hipotética, longínqua, e afastada, possibilidade da eventualidade das autarquias puderem vir a ter responsabilidades acrescidas no "quintal" dos professores, e isso é patente não porque o governo tenha qualquer intenção nessa matéria (já o afirmou, reafirmou, e reiterou á sociedade), mas sim, e isso tem sido bem vincado por professores manifestantes, pelas declarações de dois presidentes de câmara, o de Lisboa e o do Porto, sobre o assunto, fazendo naturalmente a apologia, que eu defendo também, do Poder Local ter maiores responsabilidades no domínio do ensino. Este ataque a todos os títulos é **inaceitável, injusto, antidemocrático e intolerável.**

Inaceitável, porque não podem os professores pretender obter proveitos á custa da ofensa de terceiros, no caso as autarquias locais.

Injusto, porque as autarquias sempre estiveram ao lado das escolas nos limites que a lei lhe impõe, e às vezes até ... por aqui me fico (fazem mais do que deviam).

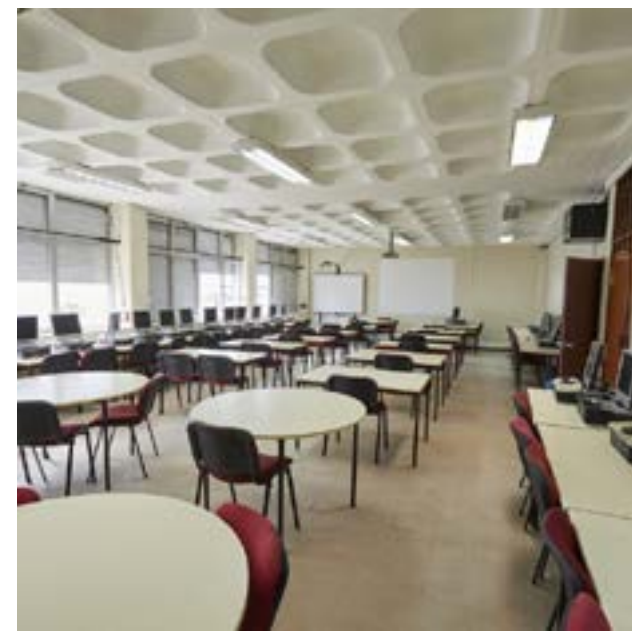
Antidemocráticos, porque os professores, atacam um dos pilares fundamentais da sociedade democrática portuguesa. Os cidadãos eleitos para os órgãos das autarquias locais submetem-se ao escrutínio universal, os professores não.

Intolerável, quando Rui Moreira e Carlos Moedas se pronunciam sobre o tema da descentralização do estado para o Poder Local no domínio da educação e ensino, uma classe profissional, os professores, estão corporativamente a pôr em causa o direito á opinião daqueles, e de todos os outros eleitos locais.

Nem sei, sinceramente, como esta questão só parece incomodar-me a mim ... se calhar sou eu que estou enganado – certa ocasião sendo eu Presidente da Assembleia de Freguesia de Famões, um dos meus vices, professor do ensino secundário (coincidência) sentenciou-me "**Oliveira Dias, não interessa que tenhas razão, o que interessa é se os outros ta dão...**". Paciência.

Oliveira Dias, Politólogo

Autor da obra "*Municipalismo, em Portugal, Brasil e Cabo Verde*", 1ª edição, 2007



A CULTURA

28 JANEIRO Manhãs em família



Traga os mais pequenos e participe nos ateliês infantis que têm como objetivo promover a criatividade, a imaginação e a consciencialização ambiental das crianças, através do acervo dos museus do concelho de Loures.

No dia 28 janeiro, às 10h30, será no Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho, que os mais pequenos terão a oportunidade de elaborar uma coroa de reis, decorada com diversos materiais. Atividades dirigidas a crianças maiores de quatro anos, acompanhadas de um adulto.

Número máximo de participantes: 12
 Participação gratuita, sujeita a inscrição prévia obrigatória através dos seguintes contactos: Museu de Cerâmica de Sacavém e Casa-Museu José Pedro — 211 151 084/83 – se_ceramica@cm-loures.pt; Museu Municipal de Loures — 211 150 175 – se_conventinho@cm-loures.pt; Museu do Vinho e da Vinha — 924 487 297 – museu_vinho@cm-loures.pt

30 JANEIRO A 3 FEVEREIRO Férias em Cultura

A Câmara Municipal de Loures vai promover, entre os dias 30 de janeiro e 3 de fevereiro, a iniciativa Férias em Cultura. Um conjunto de ateliês, workshops e jogos gratuitos para crianças e jovens que vão decorrer nas bibliotecas, galerias e museus municipais.

Trata-se de um conjunto de atividades que visam incentivar a criatividade das crianças e jovens através da educação pela arte, dando a conhecer os equipamentos culturais do concelho e proporcionando-lhes tempo de qualidade fora do calendário escolar.

Todas as atividades, apesar de gratuitas, estão sujeitas a inscrição prévia através do endereço de correio eletrónico ou contacto telefónico constantes do programa.



Durante a realização da iniciativa serão recolhidas imagens fotográficas, com o intuito de divulgação da atividade municipal.

28 JANEIRO Da Fábrica à Estação

O Museu de Cerâmica de Sacavém recebe, no dia 28 de janeiro, pelas 15 horas, a iniciativa Da Fábrica à Estação.

Desde o início do século XX que nos edifícios da maior parte das estações de caminho de ferro em Portugal o azulejo marca a diferença, apresentando um património muito variado.

Da Fábrica à Estação incidirá sobre o património produzido na então Fábrica de Sacavém, e para o qual contribuiu o talento de muitos artistas plásticos, e contará com a participação de Paula Azevedo. Participe e efetue a sua reserva, através do endereço de correio eletrónico se_ceramica@cm-loures.pt ou dos telefones 211 151 082, 211 151 083, 211 151 084, 211 151 085.



ATÉ 31 JANEIRO ReVisitar Loures

O Arquivo Municipal de Loures acolhe, até 31 de janeiro, a exposição de fotografia ReVisitar Loures, integrada na Medida 44, do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e ao abrigo dos cofinanciamentos do FAMI-Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

Uma exposição que resulta dos workshops que decorreram, ao longo de um ano, em várias freguesias do concelho, com o objetivo de promover o Diálogo Intercultural, e dar a conhecer a diversidade do território, fomentando o sentimento de pertença, tanto de migrantes como de autóctones.

Todas os locais onde decorreram os workshops – Loures, Sacavém, Bucelas, Santo Antão do Tojal, PUSIA/Santa Iria de Azóia e Parque Municipal do Cabeço Montachique – têm uma exposição permanente.

Visite, até 31 de janeiro, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 17 horas.

Encerra aos sábados, domingos e feriados.



Odivelas e a ausência de estratégia para a mobilidade e descarbonização

O Acordo de Paris entrou em vigor a 4 de novembro de 2016, uma vez cumprida a condição de ratificação por, pelo menos, 55 países, que representavam no mínimo 55% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa (GEE).

Todos os Estados-Membros da União Europeia assinaram e ratificaram este Acordo e estão fortemente empenhados na sua aplicação, tendo assumido o objetivo de ser a primeira economia e sociedade com impacto neutro no clima até 2050.

A UE apresentou a sua estratégia de redução a longo prazo das emissões e os seus planos atualizados em matéria de clima no final de 2020, comprometendo-se a reduzir as emissões da UE em, pelo menos, 55 % até 2030 e em atingir a neutralidade carbónica até 2050, em comparação com os níveis de 1990.

Para cumprir os objetivos do Acordo de Paris, Portugal tem de reduzir as emissões em mais de 85%, face a 2005, e ter uma capacidade de sequestro de carbono de 13 milhões de toneladas, conforme identificado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050).

Sendo o setor dos transportes essencial para o desenvolvimento económico e coesão social e um dos principais emissores de GEE (24% do total nacional – 2015), as metas definidas são ainda mais ambiciosas, impondo, até 2050, uma redução das emissões de 98%, em relação a 2005, e a incorporação entre 94% e 96% de energias renováveis nos seus consumos.

De acordo com os estudos de mobilidade urbana na Área Metropolitana de Lisboa (AML) realizado pelo INE em 2017, existiam cerca de 5,4 milhões de deslocações por dia na AML, sendo o automóvel o modo de transporte mais utilizado, responsável por 58,9% das deslocações, enquanto os transportes públicos asseguravam apenas 15,8% das deslocações efetuadas.

É notória a elevada dependência do transporte individual para as deslocações, em particular as pendulares, facto que tem a si associado um elevado impacto negativo ao nível das emissões de GEE, que se agravam em situações de congestionamento, com maiores danos na qualidade do ar e na segurança rodoviária.

A mitigação destes impactos passará pela modernização e melhoria dos sistemas de transporte coletivo, tornando-os mais atrativos e competitivos face à alternativa automóvel.

Odivelas é um dos grandes contribuintes para os dados estatística acima referidos. Com a

sua excessiva densidade populacional e como concelho dormitório, sem atividade económica atualmente instalada nem perspetivas dinâmicas de futuro que possam contrariar este contexto, que permitam a retenção laboral de trabalhadores, leva a que estes se desloquem para concelhos vizinhos, para as mais diversas atividades, que contribuem para os vários pontos



de estrangulamento automóvel que diariamente têm origem no concelho,

São ambiciosas as metas a atingir até 2050! Esta é uma responsabilidade de todos e cada concelho é um microssistema que faz parte de um todo e que deve também assumir estratégias para atingir este desafio.

Mas esta estratégia não está definida. São apresentadas medidas avulsas pelos responsáveis municipais, muitas com metodologias erradas, como é o caso da recente implementação da separação dos bio resíduos, definida e aprovada sem qualquer articulação com a população ou com os agentes económicos.

Nessa estratégia municipal, em que o setor da mobilidade é peça chave, é fundamental promover a utilização do transporte público e a sua descarbonização e transição energética, levando a que este setor alcance uma redução de 40% das suas emissões, em relação a 2005, e incorpore uma quota de 20% de energia renovável no consumo final de energia, contribuindo de forma significativa para a redução dos consumos de energia.

Para tal, importa promover a realização de investimentos que contribuam para a

promoção do transporte público e para a sua competitividade face ao transporte individual., em que Odivelas, mesmo sendo um concelho satélite, poderia ser um exemplo nacional neste domínio. A estratégia definida deveria consubstanciar, pelo menos, algumas das seguintes medidas:

1. Sendo o Concelho servido por 3 estações de metro, este meio de transporte deveria ser a principal âncora de investimentos futuros neste domínio, cujos objetivos passam por:
 - α. Garantir que a estação de Metro do Senhor Roubado seja um verdadeiro hub de intermodalidade, com uma boa articulação com as carreiras da Carris Metropolitana e uma forte oferta de estacionamento em silo. Para tal, é necessário garantir melhores acessos às vias de alto débito (IC17/A8 e o IC22), o desnivelamento da rotunda para melhores acessos à freguesia da Póvoa de Santo Adrião e zona este e a oeste da cidade de Odivelas (segundo dados de 2013 da CML/TIS, entravam diariamente no concelho de Lisboa, por via da A8, 28.050 viaturas);
 - β. Abandonar o tão pouco útil projeto da linha de metro ligeiro de superfície, denominada de linha violeta (com custos já na ordem dos 400 milhões de euros),

Odivelas e a ausência de estratégia para a mobilidade e descarbonização II

falsamente designada como prolongamento da rede de Metro, e em sua substituição realizarem-se investimentos na expansão da linha amarela, conforme previsto anteriormente, através da linha em Y, com bifurcação para Loures e Bons Dias e futuramente daí para Pedernais e Famões até cruzar com a linha azul no concelho da Amadora.

χ. Não sendo possível reverter a antiga linha amarela que vai passar a ter como destino Telheiras e vai ser substituída pela linha circular verde, garantir a ligação a Sete Rios, permitindo um acesso mais direto à zona oeste de Lisboa, nomeadamente à estação intermodal de autocarros de longa distância (Expressos) e ao comboio da Ponte 25 de Abril.

2. Criação de um canal para autocarros articulados e movidos a hidrogénio em sistema BRT (Bus Rapid Transit), que garanta um percurso entre Loures e a estação de Metro da Pontinha, com passagem pelas zonas baixas e mais planas do concelho de Odivelas e intermodalidade na Estação do Senhor Roubado.
3. Implementação de uma rede de ciclovias em percursos que permitam adotar este meio de locomoção.
4. Promover a cooperação entre os municípios do arco norte ao concelho Lisboa, para que venha a ser projetada e

construída uma linha férrea, denominada de cintura externa, que permita fazer a ligação da Linha do Norte, no concelho de Vila Franca de Xira, e a Linha de Cascais, cruzando Oeiras, criando interfaces com as linhas do Oeste e Sintra, e assegure uma linha férrea em círculo ao integrar a atual Linha de Cintura Interna.

A ambição tendo em vista a descarbonização nunca é excessiva, pois só assim se garante a sustentabilidade do planeta e a qualidade de vida das gerações vindouras. Se este objetivo é um desígnio comum, está também nas mãos dos municípios a assunção de estratégias que

possam mitigar os impactos e também contribuir para o bem comum.

Infelizmente, para o Município de Odivelas, nesta e em quase todas as áreas, estratégia é uma palavra abstrata. Para os socialistas é preferível navegar à vista, com promessas e atos de ilusionismo que tragam votos e que garantam maiorias que continuam a destruir o concelho, do que planificar e definir políticas sustentáveis de mobilidade para os odivelenses.

Filipe Martins

Iniciativa Liberal de Odivelas



Café Memória
loures

Todos os 2º sábados de cada mês das 10h às 12h
'Estratégias para diminuir o risco de desenvolver Demência'

Com a participação de Catarina Alvarez, Psicóloga Clínica

Arquivo Municipal, Loures

POLUIÇÃO NA AVENIDA DA LIBERDADE EM LISBOA NOVAMENTE ACIMA DOS LIMITES E SEM MEDIDAS DE CONTROLO

Concentração média anual de dióxido de azoto volta a estar acima dos limites legais. Após validação dos dados, a ZERO irá interpor queixa à Comissão Europeia por ausência de medidas de melhoria da qualidade do ar

Má qualidade do ar não é um problema novo

A ZERO tem vindo a acompanhar em detalhe a evolução da qualidade do ar em Lisboa através da concentração de poluentes medida nas estações de monitorização da qualidade do ar que são geridas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) de Lisboa e Vale do Tejo, e cujos dados são disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente. Os dados de 2022 (ainda provisórios) mostram que os valores de dióxido de azoto (NO₂) na Avenida da Liberdade apresentaram uma média anual de 45 µg/m³ (micrograma por metro cúbico), uma concentração superior em cerca de 12,5% ao valor máximo de 40 µg/m³ exigido na legislação nacional (Decreto-Lei nº 102/2010) e Directiva Europeia da Qualidade do Ar, e com alguns dias (dois) a excederem uma concentração média de 200 µg/m³. A ZERO vai agora solicitar a validação dos dados e posteriormente irá comunicar o incumprimento à Comissão Europeia.

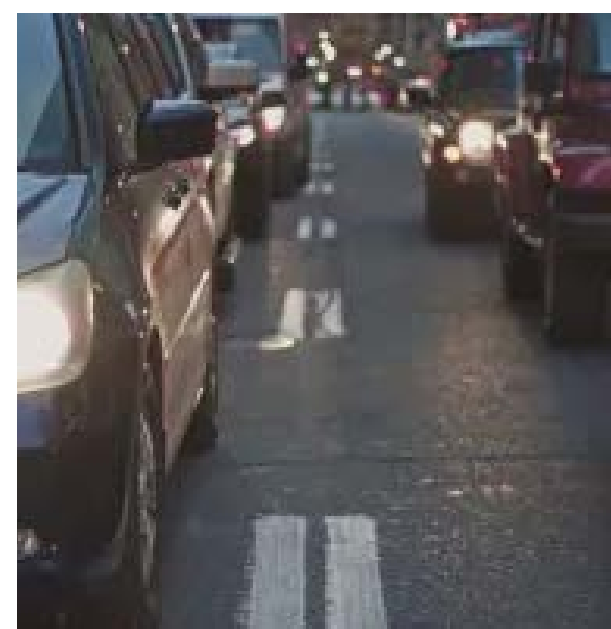
A ZERO lembra que, nos últimos anos, tem havido inúmeras situações de incumprimento de valores mínimos da qualidade do ar exigidos por lei em várias regiões do país, e que nesse âmbito já decorre no Tribunal Europeu de Justiça uma queixa contra Portugal (processo C-220/22) que poderá implicar o pagamento de uma multa substancial por parte do país. Para além dos incumprimentos serem recorrentes, revelando um problema de qualidade do ar crónico, não são visíveis medidas para melhorar o ar que todos

respiramos.

Lisboa sem medidas para melhorar a qualidade do ar

De acordo com a legislação europeia, quando os limites são excedidos as autoridades responsáveis deverão desenvolver planos e programas para melhorar a qualidade do ar, de modo a diminuir as concentrações de poluentes para dentro do permitido.

Entre 2011 e 2014, houve várias situações de incumprimento aos valores limite dos poluentes dióxido de azoto e partículas PM₁₀ (inaláveis, de diâmetro inferior a 10 micrómetros, um considerável risco para a saúde dado que penetram profundamente no organismo através dos alvéolos pulmonares). Como consequência, foi publicada, em 4 de fevereiro 2019, a Portaria n.º 116-A/2019 que aprova o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar da Região de Lisboa e Vale do Tejo para estes poluentes nas aglomerações



da Área Metropolitana de Lisboa Norte e Lisboa Sul, elaborado pela CCDR-LVT. De acordo com o disposto na legislação nacional, estes planos deverão constituir a base para a elaboração dos respetivos programas de execução que deverão contemplar as ações a realizar, a sua calendari-

POLUIÇÃO NA AVENIDA DA LIBERDADE EM LISBOA NOVAMENTE ACIMA DOS LIMITES E SEM MEDIDAS DE CONTROLO II



zação, bem como a identificação das entidades responsáveis pela sua execução e os indicadores para avaliação da sua eficácia. No entanto, quase quatro anos após a elaboração do referido plano, o seu programa de execução não foi ainda sequer aprovado.

Uma das principais causas da poluição do ar nos centros urbanos são os gases de combustão resultantes do transporte rodoviário em automóvel. Por isso, a poluição pode ser contrariada por fortes investimentos no transporte público e mobilidade suave, assim como medidas de redução do uso do transporte individual – uma vantagem não apenas em termos de qualidade do ar, mas também da carteira das populações, do clima e de melhoria do espaço público na cidade.

Contudo, na Área Metropolitana de Lisboa, o uso do automóvel aumentou na última década, sendo o principal meio de transporte para a maior parte das

pessoas, com uma representação superior à do transporte público, a pé e de bicicleta todos combinados (Censos 2021). O trânsito já supera os níveis de 2019 (índice TomTom), colocando o tráfego automóvel em níveis caóticos. Por isso, a ZERO alerta para a necessidade absolutamente urgente de um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para a cidade de Lisboa, sendo esta a única capital dos países do sul da Europa sem um plano deste tipo.

Nova legislação europeia será mais exigente e Portugal não se encontra preparado



A ZERO alerta que, no contexto da revisão em curso da atual legislação europeia da qualidade do ar, o valor-limite anual para o dióxido de azoto deverá vir a ser de 20 µg/m³, prevenindo-se que venha a ser ultrapassado não só na Avenida da Liberdade como muitos outros locais da cidade de Lisboa e do país. O mesmo acontecerá para outros poluentes se não forem tomadas medidas.

Qual o impacto da qualidade do ar na saúde das populações

A poluição do ar é uma das principais causas de morte prematura a nível mundial, responsável por cerca de uma em cada oito mortes. É uma ameaça tanto para a saúde humana como para os ecossistemas naturais, estando ligada ao surgimento ou agravamento de doenças como acidentes vasculares cerebrais, doenças de coração, cancro do pulmão, e doenças respiratórias tais como a asma.

No caso do concreto do dióxido de azoto, em concentrações elevadas tem efeitos que vão desde a irritação dos olhos e garganta até à afetação das vias respiratórias, provocando diminuição da capacidade respiratória, dores no peito, edema pulmonar e lesões no sistema nervoso central e nos tecidos. Grupos como as crianças, os idosos, os asmáticos e pessoas com bronquites crónicas são os mais afetados. Este poluente pode ainda fazer aumentar as reações a alergénios de origem natural. Em Portugal, a poluição do ar é responsável pela morte prematura de cerca de seis mil pessoas todos os anos.

Fonte: ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável



CPITI
COMPANHIA PORTUGUESA DE
IMPRESSORIAS
TECNOLOGIAS DE IMPRESSÃO

SOLUÇÕES DE IMPRESSÃO

www.cpiti.pt
21 472 7000 info@cpiti.pt



www.radiobobadela2020.org

ERC
ESTADO REGULADOR
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
OFICIALMENTE PELA ERC
Associação de Comunicação Social
Nº De Registo 700174



RB-2020
QR CODE

Porque a Magia do Som Está Na Cor Da Musica



Distribuição nos meios digitais para uma audiência de 30.000
pessoas nos concelhos de Loures e Odivelas
E.Mail Comercial: NoticiasLx-Pub@Sapo.pt